

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3200/2018-PGJ, DE 20.9.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Zona Eleitoral, no período de 10 a 14.9.2018, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3201/2018-PGJ, DE 20.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 46º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo Henrique Camargo Iunes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0841609-24.2017.8.12.0001, em trâmite na Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3223/2018-PGJ, DE 24.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 25 e 26.2.2017, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.9.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3226/2018-PGJ, DE 24.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, e pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, DAEX, nos dias 10 e 14.9.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 17 a 26.9.2018, em razão de férias do titular, Antonio André David Medeiros.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3196/2018-PGJ, DE 20.9.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Simioli Holsback, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Bonito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 6 a 20.9.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Alecy Dias da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3197/2018-PGJ, DE 20.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor André Luiz Pasquali, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Informática, símbolo MPAS-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Administração de Banco de Dados, nos períodos de 13 a 24.8.2018, de 10 a 19.9.2018 e de 15 a 24.10.2018, em razão de férias e licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Jorge Antonio Arantes Vilela.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3198/2018-PGJ, DE 20.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Marluci Dutra da Silva, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 18.9.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3199/2018-PGJ, DE 20.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Regina Célia de Araújo Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 26.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3203/2018-PGJ, DE 21.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Glauce Rocha de Sousa Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 11.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3204/2018-PGJ, DE 21.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, nos dias 10 e 15.8.2018, e no período de 10 a 12.9.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3205/2018-PGJ, DE 21.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 10.10.2018, em razão de férias da servidora *Lucilene Spolladore Schuhmann*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3206/2018-PGJ, DE 21.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 23 e 24.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3219/2018-PGJ, DE 21.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Carneiro de Jesus	2015/2016	21.9 a 10.10.2018			7 a 16.5.2018

PORTARIA Nº 2283/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Edoardo Nova Borges de Barros Reis	2016/2017	18 a 27.7.2018	1º a 10.10.2018	5 a 14.11.2018	

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Anderson Pinheiro Mariano	2017/2018	10 a 19.12.2018	8 a 17.7.2019		24.9 a 3.10.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Carneiro de Jesus	2015/2016	1º a 10.10.2018	5 a 14.2.2019		7 a 16.5.2018

PORTARIA Nº 2283/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Edoardo Nova Borges de Barros Reis	2016/2017	18 a 27.7.2018	7 a 26.1.2019		

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Anderson Pinheiro Mariano	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		24.9 a 3.10.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE DECISÃO DE RECURSO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, na licitação Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1847/2018), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, foi negado provimento ao recurso interposto pela licitante Alpha Terceirização Eireli, mantendo-se o resultado do certame.

Campo Grande, 24 de setembro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Adjudicado o objeto e Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/1847/2018).

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços, de natureza continuada, para o desempenho de atividades de portaria, recepção, copeiragem, limpeza, asseio, digitador, operador de fotocopiadora, serviços gerais e encarregado de equipe, incluindo máquinas e demais equipamentos e utensílios, bem como materiais de limpeza e higienização necessários, para atender os edifícios-sede do Ministério Público Estadual na Capital e no interior do Estado.

Vencedora: Orbenk Administração e Serviços Ltda., para o lote único, com o valor anual de R\$ 10.379.880,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 24 de setembro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Resolução nº 20/2017-PGJ, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações) e Decreto Estadual nº 11.676/2004.

Modalidade: Pregão Presencial nº 37/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/2716/2018).

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços, de natureza continuada, de manutenção e conservação dos prédios do Ministério Público Estadual, com trabalhadores que exerçam atividades de eletricitista, oficial de manutenção, apontador, operador de empilhadeira e encarregado de obra.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 16 de outubro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 17/09/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Suplente do Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 21 de setembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0991/2018 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de MS, representada pelo Diretor-Presidente – Aud de Oliveira Chaves.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Mesa de impressora: 02 unidades

Fogão 4 bocas: 01 unidade

Conjunto de mesa tubular tampo em granito e mesa de telefone: 01 unidade

Mesa tubular com tampo em granito: 04 unidades

Armário de aço duas portas: 01 unidade

Quadro branco: 01 unidade

Estante de aço: 01 unidade

Apoio para os pés: 01 unidade

Armário baixo fechado em madeira: 03 unidades

Poltrona presidente: 01 unidade

Cadeira fixa com braços: 07 unidades

Bebedouro elétrico: 01 unidade

Armário alto fechado duas portas: 03 unidades

Cadeira giratória com braços: 01 unidade

Armário alto aberto: 01 unidade

Armário alto misto: 01 unidade

Impressora de etiqueta: 04 unidades

Suporte para CPU: 03 unidades

Forno micro-ondas: 01 unidade

Microcomputador: 01 unidade

Quadro mural: 01 unidade

Data: 15.05.2018.

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 3220/2018-PGJ, DE 21.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar público, conforme Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao segundo quadrimestre de 2018, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

RS 100														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES- SADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.592.160,82	17.526.400,61	17.258.110,31	34.743.022,50	17.311.005,10	17.376.874,78	17.335.372,13	17.703.952,25	17.718.220,07	18.178.704,06	17.762.755,21	17.730.614,28	229.237.192,12	0,00
Pessoal Ativo	14.502.533,64	13.597.223,26	13.329.269,98	27.050.705,21	13.441.179,61	13.499.038,17	13.435.646,49	13.784.359,14	13.805.783,54	14.263.961,73	13.835.589,66	13.837.589,09	178.382.879,52	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.735.469,81	11.007.882,71	10.754.063,90	21.958.360,45	10.876.856,58	10.931.481,00	10.872.932,75	11.186.756,62	11.095.081,12	11.521.178,23	11.115.543,59	11.132.320,59	144.187.927,35	0,00
Obrigações Patronais	2.767.063,83	2.589.340,55	2.575.206,08	5.092.344,76	2.564.323,03	2.567.557,17	2.562.713,74	2.597.602,52	2.710.702,42	2.742.783,50	2.720.046,07	2.705.268,50	34.194.952,17	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.089.627,18	3.929.177,35	3.928.840,33	7.692.317,29	3.869.825,49	3.877.836,61	3.899.725,64	3.919.593,11	3.912.436,53	3.914.742,33	3.927.165,55	3.893.025,19	50.854.312,60	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.097.896,13	2.957.997,50	2.952.031,50	5.810.117,32	2.924.480,64	2.924.480,64	2.922.634,41	2.921.963,05	2.921.963,05	2.914.058,23	2.903.462,04	2.903.462,04	38.154.546,55	0,00
Pensões	859.477,92	895.201,37	890.606,79	1.725.720,35	883.615,72	883.615,72	883.615,72	883.615,72	876.625,20	876.625,21	876.625,21	876.625,21	11.411.970,14	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	132.253,13	75.978,48	86.202,04	156.479,62	61.729,13	69.740,25	93.475,51	114.014,34	113.848,28	124.058,89	147.078,30	112.937,94	1.287.795,91	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.095.584,87	3.934.962,66	3.928.840,33	7.692.317,29	4.048.145,15	3.931.170,60	3.901.254,72	3.919.593,11	3.929.966,84	3.914.742,33	3.927.165,55	3.893.025,19	51.116.768,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.957,69	5.785,31	0,00	0,00	178.319,66	53.333,99	1.529,08	0,00	17.530,31	0,00	0,00	0,00	262.456,04	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.089.627,18	3.929.177,35	3.928.840,33	7.692.317,29	3.869.825,49	3.877.836,61	3.899.725,64	3.919.593,11	3.912.436,53	3.914.742,33	3.927.165,55	3.893.025,19	50.854.312,60	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.496.575,95	13.591.437,95	13.329.269,98	27.050.705,21	13.262.859,95	13.445.704,18	13.434.117,41	13.784.359,14	13.788.253,23	14.263.961,73	13.835.589,66	13.837.589,09	178.120.423,48	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.552.369.862,63	-
c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	10.552.369.862,63	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	178.120.423,48	1,69%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	211.047.397,25	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	200.495.027,39	1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	189.942.657,53	1,80%

FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 21.09.2018

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3)c	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
2,00%	1,69%							

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Marco Aurélio de Sá Baptista
 Chefe do Deptº. de Contabilidade
 Contador CRC/MS 6688/O-2

Ana Gabriela Kiyomura Merlin
 Chefe do Depto. de Auditoria Interna em substituição

Paulo Cezar dos Passos
 Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/PGJ/2017.**

Processo: PGJ/10/3804/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por representado pelo seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- AMA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, representada por Álvaro Moraes de Arruda.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 57/PGJ/2017.

Amparo Legal: Artigo 57, §1º, III da Lei 8.666/93 e artigo 53 da Lei 9.784/99.

Objeto: Correção da data final da entrega dos serviços, constante do Segundo Termo Aditivo para que passe a constar 08.08.2018, prorrogação do prazo de entrega dos serviços de fabricação de mobiliário planejado e serviços de marcenaria por 60 (sessenta) dias e prorrogação de vigência contratual por 60 (sessenta) dias, sem ônus para o erário público.

Vigência: 25.09.2018 a 23.11.2018.

Data de assinatura: 19 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/PGJ/2018.

Processo nº PGJ/10/2940/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- HUFFIX AMBIENTES EMPRESARIAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, neste ato representada por Paulo Marques da Silva.

Procedimento Licitatório: adesão à Ata de Registro de Preço nº 98/2017, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 50/2017, do Processo Administrativo nº 23073.016866/2017-31, da Universidade Federal do Pará.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de 512 (quinhentas e doze) metros lineares, devidamente instalados, de arquivo deslizante para atender ao Arquivo-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificação a seguir: fornecimento e instalação por metro linear de componente de arquivamento e armazenamento para caixas box, pastas “AZ”, pasta pendular, pasta suspensa, plantas, livros e/ou materiais diversos em sistema de arquivamento e armazenamento mecânico confeccionados em chapa de aço SAE 1010/20. Os componentes são confeccionados em chapa de aço reforçada dimensionada para suportar a carga necessária, além de ser submetida a um tratamento antiferruginoso e receber um acabamento com pintura a pó. Por se tratar de uma estrutura Modular, todos os módulos formam um conjunto, evitando a transposição do material armazenado e possibilitando com maior facilidade e flexibilidade e inserção de mais módulos para futura ampliação, seja para aumento de largura ou profundidade.

Valor total da contratação: R\$ 254.976,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais), sendo R\$498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais) por unidade, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004172, de 30.08.2018.

Vigência: 14.09.2018 a 14.03.2019.

Data de assinatura: 14 de setembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N.º 0002/2018/GACEP**

O Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00002768-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP;

Assunto: Apurar a deficiência na realização de perícias em dispositivos móveis, decorrente da insuficiência de aparelho/licença do dispositivo UFED Touch, utilizado para a realização de exames periciais desta natureza, no âmbito da Coordenadoria-Geral de Perícia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 20 de setembro de 2018.

LUCIANA MOREIRA SCHENK

Promotora de Justiça do GACEP

RECOMENDAÇÃO N. 001/2018

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, nos termos do art. 129, II, do texto constitucional;

CONSIDERANDO que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o direito de todos à possibilidade permanente de fruição do patrimônio cultural, o qual compreende não apenas “formas de expressão” ou “modos de criar, fazer e viver”, que se expressam nas festividades carnavalescas, mas também “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”, entre outros bens portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos termos do art. 216, I a V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal é expressa ao impor ao poder público, em todas as suas escalas (federal, estadual/distrital e municipal) a vigilância, entre outras formas de acautelamento e preservação, como medida destinada à proteção do patrimônio cultural (art. 216, §1º, da CF);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal é explícita ao afirmar a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (artigo 23, inciso VI).

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 140/11 estabelece:

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

- I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente;
- II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;
- III - formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal de Meio Ambiente;
- IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;
- V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
- (...)
- XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Cidade estabelece como diretriz orientadora das políticas públicas municipais a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (art. 2º, XII).

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul determina que:

Art. 17. Compete aos municípios:

(...)

VIII - promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federais e estaduais;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica de Campo Grande estatui:

Art. 9º Compete ao Município, em comum com a União e o Estado, além do estabelecido no Art. 23, da Constituição Federal:

I - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, impedindo a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

Art. 183-A. Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura no Município de Campo Grande-MS, que é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes do Município e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 3º O Município dentro de sua competência:

I - apoiará as manifestações da cultura local;

II - protegerá por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico;

III - incentivará a produção de obras de arte em empreendimentos residenciais e comerciais a serem construídos ou reformados, na forma que a lei dispuser.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 3525/98 dispõe:

Art. 1º. Constituem o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e paisagístico de Campo Grande, os bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, existentes em seu território, cuja proteção seja de interesse público municipal, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história desta cidade, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico ou paisagístico, bibliográfico ou artístico.

§1º. São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para fins desta Lei, as obras de arte, objetos, edifícios, monumentos, bibliotecas, arquivos, documentos, conjuntos arquitetônicos, monumentos naturais, jazidas, sítios arqueológicos e paisagens.

§2º. A presente Lei se aplica aos bens pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno, inclusive a bens integrantes do patrimônio público da União e o Estado, que integrem o território do Município.

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei n. 6.938/81 define poluição como “degradação da qualidade ambiental, resultante de atividade que direta ou indiretamente prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar da população”, sendo que a emissão de ruídos acima dos limites estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal em vigor (Resolução 01/90 do CONAMA e norma NBR 10152 da ABNT) consiste em poluição ambiental, gerando consequências nas esferas cível, administrativa e criminal;

CONSIDERANDO, assim, que os municípios têm o dever de planejar e implementar ações e medidas técnicas adequadas à salvaguarda do patrimônio cultural, como expressamente reconheceu, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), tal qual entendimento expresso no REsp 840.918/DF (rel. p/ acórdão Min. Herman Benjamin, julg. 14-10-2008):

“espírito e os deveres específicos dos acordos internacionais (entre eles a Convenção do Patrimônio Mundial), por integrarem o Direito supremo da nação, devem ser observados por todos e cada um dos órgãos administrativos, tanto federais como estaduais e municipais”, de maneira que cabe ao município “tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e reabilitação desse patrimônio” (art. 5º, d, Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural);

CONSIDERANDO que a responsabilidade do Poder Público (nomeadamente do municipal) em relação à salvaguarda dos patrimônios natural e cultural não diminui em função das festividades carnavalescas, dado o enquadramento dos direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à fruição do patrimônio cultural como fundamentais, nos termos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que as festividades de Carnaval em Campo Grande são comumente realizadas em vias urbanas, logradouros públicos e espaços livres localizados em área com vários bens tombados na região da esplanada ferroviária (ou na área de entorno de bens culturais protegidos), demandando ações preventivas;

CONSIDERANDO que as atividades carnavalescas, em regra, são potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo-se citar as seguintes situações de perigo: 1) aglomeração excessiva de pessoas em espaços reduzidos; 2) dificuldade de evasão rápida em caso de sinistro devido às reduzidas dimensões das ruas e praças das cidades históricas; 3) emissão de níveis de ruído acima dos limites legais e regulamentares permitidos; 4) trepidação das paredes, telhados, portas e janelas das edificações antigas decorrentes do deslocamento das ondas sonoras; 5) instalação de equipamentos (v.g. palcos, arquibancadas, caixas de som, telões e similares) com a retirada de pavimentação; 6) instalação de vendedores ambulantes e comércio provisório que gera a necessidade de energia e iluminação acima da capacidade prevista para o local; 7) implementação de instalações precárias (“gambiarras”); 8) utilização de produtos inflamáveis e/ou explosivos, como gás de cozinha, foguetes, fogos de artifício etc.; 9) expressiva produção de resíduos (lixo); 10) poluição por efluentes líquidos (urina, bebidas alcoólicas, etc); 11) atos de vandalismo decorrentes do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e do uso de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, etc.;

CONSIDERANDO que, dessa forma, as festividades de carnaval na região com bens tombados e no entorno de bens protegidos podem ser consideradas – efetiva e potencialmente – eventos de risco ao patrimônio cultural protegido e causar, por conseguinte, significativos e irreparáveis danos a bens de valor cultural;

CONSIDERANDO que os moradores da região, muito incomodados com as festividades do carnaval, dissabores, insegurança e danos gerados por elas, se mobilizaram num extenso abaixo assinado dirigido ao MPE, para pleitear que essa festa fosse transferida para outra localidade;

CONSIDERANDO que relatórios do carnaval 2017 e 2018 evidenciaram aumento expressivo do público e danos ao patrimônio histórico e cultural (depredação e vandalismo), bem como a existência de dois pontos de vulnerabilidade e preocupação, quais sejam, um posto de combustível, o qual por sua localização e o risco oriundo dos produtos inflamáveis, pode ensejar perigo a vida, e um hospital de grande porte (Santa Casa);

CONSIDERANDO que em relatório de fiscalização realizado pelo IPHAN e adunado ao inquérito civil constatou-se que o crescimento expressivo do público na festividade do carnaval não acompanhou as normativas primordiais e necessárias para a proteção do bem tombado e patrimônio cultural e para a própria segurança da população, tendo apresentado uma série de danos na área tombada com a realização do evento;

CONSIDERANDO que em reunião realizada nesta Promotoria de Justiça, com representantes do Estado, Município e Iphan, sopesando os danos já demonstrados, o aumento expressivo de público e os riscos existentes, concluíram pela impossibilidade de manutenção das grandes festividades tais como carnaval, enterro dos ossos e afins, na região da área tombada;

CONSIDERANDO a existência de outros locais públicos onde as festividades carnavalescas podem ser realizadas sem a provocação dos danos e riscos acima descritos;

CONSIDERANDO que para evitar esse risco é essencial que o poder público tome cada vez mais consciência do seu dever moral e legal de respeitar o seu próprio patrimônio cultural, segurança das pessoas que ali residem e dos foliões, compatibilizando a realização das atividades carnavalescas com a proteção dos bens culturais e turísticos existentes em seu território;

CONSIDERANDO que é vinculada, e não discricionária, a atividade do Poder Público na proteção, preservação e promoção do Meio Ambiente e, em especial, do Patrimônio Cultural;

CONSIDERANDO que, no âmbito do exercício do seu poder de polícia em relação aos logradouros públicos, os Municípios têm o dever de adotar medidas de segurança, concretizando-se em inspeções permanentes dos locais e recintos de frequência pública; na obrigatoriedade de saídas de emergência; na exigência de equipamentos contra incêndio; na limitação de lotação e demais providências que a incolumidade e o conforto dos frequentadores;

CONSIDERANDO que a omissão, ineficiência, morosidade e complacência administrativa, concorrendo para a degradação ambiental, pode gerar, além de responsabilização por ato de improbidade administrativa, a responsabilização pelo dano ambiental, como previsto no artigo 3º, inciso IV, da Lei n.º 6.938/81, incidindo-lhe responsabilidade solidária, na forma do artigo 942, parágrafo único, do Código Civil;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao patrimônio cultural brasileiro sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, também a sanções penais (artigo 62, 63 e 64 da Lei 9.605/98) e administrativas;

CONSIDERANDO, por fim, que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive à ordem urbanística, (art. 129, III da CR/1988 e art. 1º, incisos I e VI da Lei federal nº 7347/1985, com redação dada pela Lei 10.257/2001), podendo ainda tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais (art. 5º §6º) e efetuar recomendações aos órgãos públicos para observância do ordenamento jurídico;

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotora de Justiça que a esta subscreve, na defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, com fundamento nos artigos 67, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 34/94 e 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93,

RECOMENDA

ao Município de Campo Grande/MS, na pessoa de seu Prefeito Municipal, a adoção de todas as medidas administrativas tendentes a impedir impactos ao meio ambiente, especialmente a bens culturais, inclusive em seu entorno, durante as festividades carnavalescas de 2019 e posteriores.

Recomenda, ainda, especificamente:

1. abstenha de realizar, autorizar ou permitir a realização de grandes festividades, tais como carnaval, enterro dos ossos e afins, no ano de 2019 e subsequentes, na região de bem tombado e entorno, em especial na região da esplanada ferroviária e entorno;
2. Estabeleça a realização dos eventos carnavalescos em locais com estrutura adequada, onde não existam bens culturais que possam ser expostos a riscos;
3. Realização de reunião prévia entre órgãos municipais e estaduais competentes (Secretaria de Cultura e/ou Conselho Municipal de Cultura; Guarda Municipal; Secretaria/Setor responsável pela Limpeza Urbana; Secretaria/ Setor responsáveis pelas Posturas Municipais; Secretaria/Setor responsáveis pelo Turismo; Secretaria/Departamento responsável pela regulação do Trânsito e Transporte etc), Polícia Militar, Corpo de Bombeiro e concessionária de energia, para planejar as festividades e execução das festividades em outro local apropriado;
4. A submissão do(s) local(is) em que se concentrará(ão) as atividades carnavalescas, especialmente das instalações elétricas e da utilização de materiais inflamáveis, à vistoria e aprovação pelos órgãos competentes municipais (Secretaria/ Setor responsáveis pelas Posturas Municipais; Secretaria/Setor responsáveis pelo Turismo, Secretaria/Departamento responsável pela regulação do Trânsito e Transporte etc), bem como pelo Corpo de Bombeiros, concessionária de energia elétrica etc., adequando-o(s) às exigências apontadas;

5. Realização de policiamento contínuo e permanente, durante todo o período das festividades, por meio da Guarda Municipal;
6. Fixação de horários de início e término para a realização das festividades, bem como observância da legislação quanto limites para a emissão de ruídos;
7. Disponibilização de banheiros públicos suficientes e em condições adequadas de uso contínuo (durante as festividades) ao público estimado, instalados em locais adequados;
8. A restauração à situação original do local em que ocorreram as festividades (com limpeza, retirada de faixas, cartazes, enfeites etc.), imediatamente após o carnaval, além de limpeza periódica dos locais durante as festividades;
9. Especificamente em relação aos eventos privados, além das medidas acima mencionadas:
 - a) seja condicionada a emissão de alvarás municipais à observância dos itens acima mencionados pertinentes, exigindo-se, especialmente, apresentação de certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - b) haja efetiva fiscalização pelo Município quanto à observância da legislação e dos limites estabelecidos nos alvarás pelos responsáveis.

10. Especificamente em relação aos blocos de carnaval/trios elétricos/eventos itinerantes, além das medidas acima mencionadas:

- a) Seja orientada a trajetória/itinerário de deslocamento de forma a evitar:
 - i. locais onde haja bens culturais que possam vir a ser danificados;
 - ii. locais onde haja estrangulamento de vias ou outras restrições de acesso ou perigo que podem colocar em risco a vida e o patrimônio;
 - iii. regiões onde haja hospitais, asilos ou outros locais em que o silêncio seja imperativo;
- b) Sejam fixados pontos de chegada e partida com estruturas condizentes à necessidade/público estimado.

Fixa-se o prazo de 10 dias para que o Município apresente informações a esta Promotoria de Justiça quanto à adoção (ou determinação para a adoção) das medidas recomendadas, ou justifique as razões para não fazê-lo.

Encaminhe-se cópia da presente para as Secretarias de Cultura Municipal, Estadual e ao Iphan.

Esta recomendação vale a partir da data de sua assinatura e será dada publicidade no Diário Oficial do Ministério Público, além de publicação em Diário Oficial do Município, às expensas do recomendado. A falta de atendimento a qualquer um dos itens desta recomendação poderá importar em providências judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Junte-se a presente recomendação nos autos de inquérito civil n.06.2018.00002267-5, instaurado nesta Promotoria de Justiça, afixando-a no átrio do prédio desta Promotoria de Justiça. Encaminhe-se, mediante ofício, aos órgãos recomendados. Encaminhe-se, também, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, no escopo de dar-lhes conhecimento.

Campo Grande, 21 de setembro de 2018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.
Promotora de Justiça.

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0011/2018/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002694-9.

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Gunter Maffissini Guimarães - "Fazenda Sagrado"

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 95,25 hectares de mata nativa no bioma pantanal, dentro do imóvel rural "Fazenda Sagrado", pertencente a Gunter Maffissini Guimarães, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 12 de setembro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0080/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00003546-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Raquel da Silva Alvarenga

Objeto: Apurar eventual situação de risco dos infantes T. A. O., G. A. A. e D. E. S. O., filhos de Raquel Da Silva Alvarenga.

Amambai (MS), 24 de setembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0132/2018/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 19/07/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e o Município de Antônio João, referente a prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de exoneração de servidores nomeados para ocupar cargos em comissão criados pela Lei Municipal nº 53/2014 em observância à decisão judicial proferida nos autos da Ação Popular nº 0801760-93.2014.8.12.0019 movida em face do Município de Antônio João, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00000400-7, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 21 de setembro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0019/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002670-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Pregão Presencial nº 016/2018 (Processo Administrativo nº 060/2018, Contrato Administrativo nº 104/2018), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de placas de bolos, visando atender as secretarias municipais;

Água Clara/MS, 21 de setembro de 2018.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0020/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002670-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Edvaldo Alves de Queiroz e outros a apurar

Assunto: apurar irregularidades nos procedimentos licitatórios para aquisição de medicamentos no mandato do ex-Prefeito Municipal, Sr. Edvaldo Alves de Queiroz, nos anos de 2005 a 2007 (IC nº 03/2014).

Água Clara/MS, 21 de setembro de 2018.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

ANGÉLICA

EDITAL Nº 14/2018/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002673-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Controladoria-Geral - Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual omissão e ineficiência da Controladoria-Geral do Município de Angélica na prevenção e combate ao nepotismo local.

Angélica/MS, 19 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 15/2018/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002674-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Controladoria-Geral - Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual omissão e ineficiência da Controladoria-Geral do Município de Angélica/MS na prevenção e combate ao irregular acúmulo remunerado de cargos públicos na Administração Pública local.

Angélica/MS, 19 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 16/2018/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002685-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual prática de nepotismo na Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal de Angélica/MS.

Angélica/MS, 19 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 17/2018/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002687-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Diretoria de Esportes do Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 19 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 18/2018/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002669-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Prefeito Municipal de Angélica, Sr. Roberto Silva Cavalcanti, e o Sr. Amauri Serafin, Diretor de Administração do Município de Angélica

Angélica/MS, 20 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

NIOAQUE

EDITAL Nº 06.2017.00002091-8

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2017.00002091-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Kalbio dos Santos.

Assunto: Verificar possível dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Estância Promessa de Deus, localizada no limite dos municípios de Nioaque e Maracaju, referente a constatação de desmatamento referido no parecer do NUGEO n. 116/2016, no bojo da "Operação CachorroVinagre" pelo NUGEO/CAOMA/PGJ.

Nioaque, 19 de setembro de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça